



AS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) ENTRE 2000 E 2019: O CASO DO MST

Lara Dalperio Buscioli ¹

RESUMO

As manifestações são ações históricas de luta e resistência dos movimentos socioterritoriais camponeses e se colocam como importante instrumento de reivindicações e abertura de pautas no âmbito político para as questões relacionadas a terra/território vinculadas a reforma agrária no Brasil. Assim, o presente trabalho, tem como objetivo central analisar as manifestações do campo realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre os anos de 2000 e 2019 na região do Pontal do Paranapanema localizada no estado de São Paulo (SP). Para isso, realizamos a sistematização de tais dados via Banco de Dados da Luta pela Terra e Comissão Pastoral da Terra, bem como a realização de entrevista. Assim, evidenciamos que o Pontal do Paranapanema em seu contexto histórico sempre foi um território de disputas territoriais entre os movimentos socioterritoriais - camponeses/posseiros/indígenas, Estado e agronegócio/latifundiários e tem a grilagem de terras como um dos elementos marcantes. Fatos que se fundamentam nas ações de reivindicações em manifestações do MST que tiveram como características central a Terra/Território via assentamentos de famílias, arrecadação de terras devolutas, questões relacionadas a soberania alimentar, meio ambiente e trabalhistas, bem como contra a violência no campo. Evidenciando uma representatividade de 83% de participação do Movimento no total das manifestações realizadas na região, sendo que tais ações ocorreram nos municípios que se colocavam como centro de decisões a nível regional com a presença de órgãos públicos vinculados ao campo ou setor financeiro.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Manifestações do campo, Resistencia, Pontal do Paranapanema.

RESUMEN

Las manifestaciones son acciones históricas de lucha y resistencia de los movimientos socioterritoriales campesinos y son un importante instrumento de reivindicación y apertura de agendas en la esfera política para temas relacionados con la tierra/territorio vinculados a la reforma agraria en Brasil. Así, el presente trabajo tiene como objetivo principal analizar las manifestaciones de campo realizadas por el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre 2000 y 2019 en la región Pontal do Paranapanema ubicada en el estado de São Paulo (SP). Para ello, realizamos la sistematización de dichos datos a través del Banco de Dados da Luta pela Terra y Comissão Pastoral da Terra, así como una entrevista. Así, mostramos que Pontal do Paranapanema en su contexto histórico siempre ha sido un territorio de disputas territoriales entre movimientos socioterritoriales - campesinos/ocupantes/indígenas, Estado y agronegocio/latifundistas y tiene el acaparamiento de tierras como uno de los elementos llamativos. Hechos que se basan en acciones de reclamo en manifestaciones del MST que tenían como características centrales la Tierra/Territorio vía asentamientos rurales, recolección de terrenos baldíos, temas relacionados con la soberanía alimentaria, medioambiental y laboral, así como contra la violencia en el campo. Evidenciando una representatividad del 83% de la participación del Movimento en el total de manifestaciones realizadas

¹ Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da UNESP. E-mail. lara.dalperio@gmail.com



en la región, y dichas acciones se dieron en municipios que se colocaron en el centro de las decisiones a nivel regional, con la presencia de organismos públicos vinculados a la campo o sector financiero.

Palabras clave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Manifestaciones Rurales, Resistencia, Pontal do Paranapanema.

INTRODUÇÃO

As manifestações são consideradas atos políticos, de resistências e de reivindicações dos sujeitos organizados em movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais, instituições e organizações entre outros. Buscando a partir desta ação atingir os objetivos materiais e imateriais que se propõem sejam no âmbito urbano ou rural, por exemplo.

No caso do campo brasileiro, as manifestações representam uma forma de luta dos movimentos socioterritoriais, entendidos a partir da leitura geográfica dos movimentos sociais, ou seja, sujeitos organizados em movimentos em que o território material é o principal objetivo de conquista (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; BUSCIOLI, 2016).

Neste sentido, as manifestações do campo representam um ato político que envolve uma complexidade de temáticas, tipologias e reivindicações que tem o espaço e o território material e imaterial como elementos centrais neste processo de resistências, buscando avançar nas pautas elencadas em suas lutas.

Entendemos esta materialidade e imaterialidade do território a partir de Fernandes (2009), que busca por meio de suas tipologias compreender tal conceito. Para o autor, o território material é constituído de fixos e fluxos, estabelecendo relações de diferenciações entre Estado, governanças, propriedades, lutas sociais compondo suas ordens/tipologias: o Primeiro Território como espaços de governança organizados em diversas escalas; o Segundo Território como propriedades sendo comunais, privadas, capitalistas, familiares etc.; E o Terceiro Território que tem caráter relacional - o fluxo conexo com territorialidades/formas de uso (FERNANDES, 2009).

Assim, compreendemos que as manifestações do campo realizadas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil, tanto de forma individual como em conjunto, permeiam o território material e suas tipologias, bem como os territórios imateriais via elementos políticos centrais no debate, principalmente ao colocar em pauta na agenda política dos governos (federal, estadual e municipal) as questões relativas ao campo sejam de características propositivas, defensivas ou reivindicativas.



A partir do exposto, este trabalho tem como foco analítico a apresentação e análise dos dados das manifestações do campo realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo entre os anos de 2000 e 2019, buscando elucidar as principais reivindicações e espacialidades de tal forma de luta e resistência.²

Portanto, apresentaremos primeiramente as principais metodologias que envolvem o trabalho – levantamento bibliográfico; sistematização de dados quantitativos, entrevista - que permitiram avançar na parte seguinte com os debates envolvidos a partir dos referenciais teóricos abordados sobre as Manifestações do campo, para então abordarmos as ações do MST no contexto das manifestações no Pontal do Paranapanema. Por fim, abordaremos as principais considerações que finalizam o trabalho, bem como as referências utilizadas para a sua construção.

METODOLOGIA

Para suprir os objetivos estabelecidos para o trabalho, partimos de três procedimentos metodológicos que permitiram a construção analítica-conceitual de forma crítica dos seus resultados. São eles:

- 1) Levantamento Bibliográfico com os principais temas do trabalho, buscando a partir dos principais autores que debatem o Pontal do Paranapanema, movimentos socioterritoriais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Manifestações do campo, compreender de forma crítica os processos envolventes;
- 2) Sistematização dos dados quantitativos do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com recorte para as ações em manifestações campo realizadas pelo MST no Pontal do Paranapanema, sendo armazenadas no programa Excel, tabuladas e ilustradas via gráfico, quadro e tabela, bem como cartograficamente com o Programa PhilCarto e a arte final no Programa CorelDraw. Trazendo assim, os principais resultados da pesquisa;

² Este trabalho faz parte da tese de doutorado em desenvolvimento intitulada “Estado, Capital e Movimento Socioterritorial na Produção de Alimentos: Os Territórios da Agroecologia no Pontal do Paranapanema (SP)”, com orientação do doutor Bernardo Mançano Fernandes na Universidade Estadual Paulista (UNESP) com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - Processo: 2019/16813-7.



3) Realização de entrevista via meio digital, com caráter formal-semiestruturada, ou seja, por mais que em sua execução utilizamos um roteiro, tivemos a possibilidade e liberdade para adicionarmos perguntas que julgamos pertinentes diante do depoimento do entrevistado (COLOGNESE E MELO,1998). Utilizamos como forma de análise de dados a identificação de códigos, baseando-se em Gibbs (2009), que: “Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva” (p. 60).

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando abordamos os significados das manifestações do campo estamos analisando-as a partir do contexto paradigmático dentro da análise da Geografia Agrária e dos modelos de desenvolvimento, pautados no agronegócio e no campesinato, representando a conflitualidade existente no campo brasileiro, principalmente quando abordamos uma análise crítica dos processos/elementos em questão.

Em relação ao paradigmas, compreendemos a partir de Khun (2007) pelo significado de conhecimentos sustentados por leis/metodologias/teorias, aceitos e compartilhados via comunidade científica, ocorrendo rupturas entre um paradigma e outro – Revolução paradigmática, ciência normal e extraordinária – mas, com avanços em Fleck (2010) compreendendo o compartilhamento de estilos de pensamentos com coletivos de pensamentos, trazendo elementos do paradigma anterior – historicidade do desenvolvimento da ciência.

Dentro deste contexto, a partir da Geografia Agrária, elencamos dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que buscam em sua essência constituir os parâmetros teórico-ideológicos, pautados na diferenciação dada ao papel do campesinato e, portanto, nas propostas de políticas públicas que concorrem entre si dentro da lógica de Estado e de territórios materiais e imateriais.

O PCA parte da tendência da agricultura familiar e do agronegócio, subalternizando e integrando o campesinato ao sistema produtivo (tecnificado e mecanizado) do capital, não havendo uma questão agrária a ser debatida, bem como a solução dos problemas gerados por seus processos e pelo sistema podem ser resolvidos dentro do capitalismo por meio de políticas que integrem o campesinato/agricultor familiar. Já no PQA a lógica norteadora é completamente distinta, pois o campesinato se recria no interior do capitalismo e nas suas



contradições, buscando formas alternativas de sobrevivência frente aos impactos socioterritoriais em seus territórios construindo um novo modelo de desenvolvimento (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016).

Este modelo desenvolvimento do campesinato é compreendido pela lógica da dialética e da contradição. Fernandes e Welch (2008) o define pela base do trabalho familiar e na diversificação de culturas em contraposição ao agronegócio que parte da produção em grande escala, de monoculturas se utilizando do campesinato para a sua reprodução, gerando assim contradições.

E é nesta contradição que as ações de resistências via manifestações do campo realizadas pelos movimentos socioterritoriais camponeses, se colocam como elementos centralizantes e reivindicatórios, ou seja, se colocam neste quadro de disputas paradigmáticas, disputas dos diferentes modelos de desenvolvimento colocando em pauta na agenda política dos diferentes governos e para a sociedade suas reivindicações.

Neste sentido, Comerford (1999) compreende que as manifestações demarcam fronteiras socioespaciais legitimando publicamente as diferentes formas de reivindicações dos sujeitos em diferentes espaços. No caso do campo brasileiro, Pereira (2012) aponta que elas agregam elementos novos e importantes na compreensão do significado do processo de territorialização da luta pela terra, refletindo sobre os conteúdos estruturais presentes que deveriam ser de interesse social:

As manifestações sociais, neste sentido e principalmente as relacionadas ao campo, representam importantes instrumentos estratégicos de luta, capacidade de articulação e organização dos movimentos sociais, despertando na população e aos órgãos públicos as discussões sobre o contexto social brasileiro e em especial os problemas e dificuldades no campo. A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais expor suas forças de mobilização por meio das manifestações no processo de luta pela terra (MOURA; VICTOR; CLEPS JUNIOR, 2012, p. 2).

As manifestações, em si, objetivam mostrar que algo não está adequado e a massa populacional está se mobilizando para cobrar mudanças das autoridades políticas, e estes por sua vez têm de mudar a forma de encarar esse movimento que tem crescido e sinalizado problemas na sociedade e no sistema instalado. Tais formas de luta tentam e conseguem cada vez mais chamar atenção da população e das autoridades para a sua causa, em busca de soluções (FELICIANO, 2009).



Então, as causas e reivindicações são identificadas a partir dos objetivos que os movimentos socioterritoriais querem atingir ou questionar e, no caso da questão agrária, elas estão pautadas principalmente na luta contra o Capital, contra o modelo de produção baseado na monocultura e produção em larga escala utilizando intensivamente de agrotóxicos, bem como pela realização da reforma agrária e obtenção da soberania alimentar e territorial com um novo modelo de desenvolvimento.

Em relação as formas que estas manifestações expressam via diferentes objetivos, estamos compreendendo-as na perspectiva das tipologias, evidenciando a complexidade analítica desta temática. As tipologias de manifestações dentro do DATALUTA são: acampamento, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público, concentração em espaço privado, greve, greve de fome, liberação de praça de pedágio, ocupação de agência bancária, ocupação de espaço privado, ocupação de espaço público, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público, marcha, temática, audiência pública e outras.

Assim, nas páginas que se seguem, apresentaremos estas realidades via manifestações realizadas pelo MST no Pontal do Paranapanema entre 2000 e 2019, trazendo um panorama dos principais apontamentos analíticos desta forma de luta e resistência do referido movimento socioterritorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Pontal do Paranapanema (SP) é destaque quando nos referimos a questão agrária brasileira, pelo seu histórico de ocupação violenta contra os povos indígenas que estavam territorializados, pelo desmatamento para povoamento e inserção de estradas de ferro como a Alta Sorocabana, bem como pelos conflitos fundiários do passado e presente, elencados, por exemplo, nas violências, assassinatos, ocupações de terras e manifestações do campo. Ou seja, estão vinculados a situação de conflitos territoriais em detrimento do desenvolvimento territorial via Capital e Estado, que demarcaram e marcam a atualidade dos processos que envolvem este território desde sua ocupação.

Sobreiro Filho (2013) e Leite (1998) apontam que a ocupação deste território ocorre com a 'ideologia' de limpeza de tudo o que havia de material e imaterial, principalmente do extermínio dos indígenas que também resistiram a este processo ligado com a construção das estradas de ferro. Ao passo que as estradas foram sendo construídas a ocupação da região também ocorria de forma duvidosa quanto a legitimidade e legalidade das ações, grandes



extensões de fazendas foram criadas, povoados/municípios foram surgindo, legitimando hoje, os conflitos pelo território na região realizados pelos camponeses (SOBREIRO FILHO, 2013).

Neste processo, não podemos deixar de citar, outro elemento marcante, a grilagem de terras que coloca o Pontal do Paranapanema como um território marcado por títulos e escrituras sem legalidade, devido a venda de suas terras pertencentes ao Estado por pessoas que não eram proprietárias legais delas, conforme abordado por Feliciano (2009) “Ao mesmo tempo em que em ocorria a destruição de um território (indígena), havia a disputa entre posseiros, o processo de grilagem de terras e o início da construção de outro território (capitalista)” (p. 219).

A partir de Sobreiro Filho (2013), podemos elencar importantes lutas dos camponeses e indígenas, inicialmente pela Liga Camponesa de Santo Anastácio na década de 1940 – que teve forte influência do Partido Comunista do Brasil, sendo importante para as reivindicações de melhores condições de trabalho e cumprimento de contratos (alto preço dos arrendamentos), evidenciando o pioneirismo na problematização dos elementos da questão agrária no Pontal do Paranapanema (SP).

Posteriormente, na década de 1970, tivemos a luta pela Gleba Santa Rita, uma luta também histórica envolvendo diversas repressões, com a conquista deste território via desapropriação pelo Sarney. Na década de 1980, emerge o surgimento do MST no Brasil e, em especial temos a luta camponesa do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo na região de Andradina, com a conquista do território camponês via luta da Fazenda Primavera, posteriormente outros movimentos camponeses se estabeleceram em outras regiões do estado de São Paulo como Araraquara e Campinas (SOBREIRO FILHO, 2013).

Tais históricos de luta e o avanço do território capitalista, aliado ao processo de grilagem e concentração de terras, foram impulsionadores para o início das ações do MST em 1990:

o potencial de se realizar a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e realiza a Reforma Agrária devia-se aos problemas referentes à legitimidade da terra, ou seja, o seu histórico de grilagem e ocupação ilegal, à concentração da terra, a forte presença do latifúndio, o histórico de expropriações e violência, coronelismo, clientelismo, etc. (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 200).

Assim, o surgimento do MST no Pontal do Paranapanema teve como participação alguns movimentos socioespaciais/socioterritoriais, instituições e partido político como:



Comunidades Eclesiais de Base, a CPT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, bem como o Partido dos Trabalhadores. Posteriormente a sua consolidação, o MST realizou a sua primeira ocupação na fazenda Nova Pontal no então Distrito de Teodoro Sampaio, Rosana, com a participação de 700 famílias em julho de 1990 (FERNANDES, 1994; SOBREIRO FILHO, 2013).

Com o passar das décadas o MST se tornou um dos principais movimentos socioterritoriais na luta pela/na terra e reforma agrária do Brasil, não sendo diferente no território estudado. Suas principais formas de atuação são as ocupações de terras e manifestações do campo que buscam por meio da sua completude a mudança estrutural e popular que os movimentos socioterritoriais tanto almejam.

Neste contexto, sistematizamos que o MST já realizou 263 ocupações de terras com 46.298 famílias participantes na região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo (DATALUTA, 2020), expressando e materializando as intencionalidades do campesinato organizado como movimento socioterritorial, fundamentando suas identidades e dando suas condições para o acesso à terra como espaço de produção e meio de sobrevivência destes sujeitos com a obtenção dos assentamentos rurais (PEDON, 2019). Ou seja, as ocupações representam um enfrentamento a lógica do capital/agronegócio na perspectiva da questão da mercantilização da reforma agrária, na qual o agronegócio busca criminalizar as ações dos movimentos via Poder Judiciário (FERNANDES, 2006).

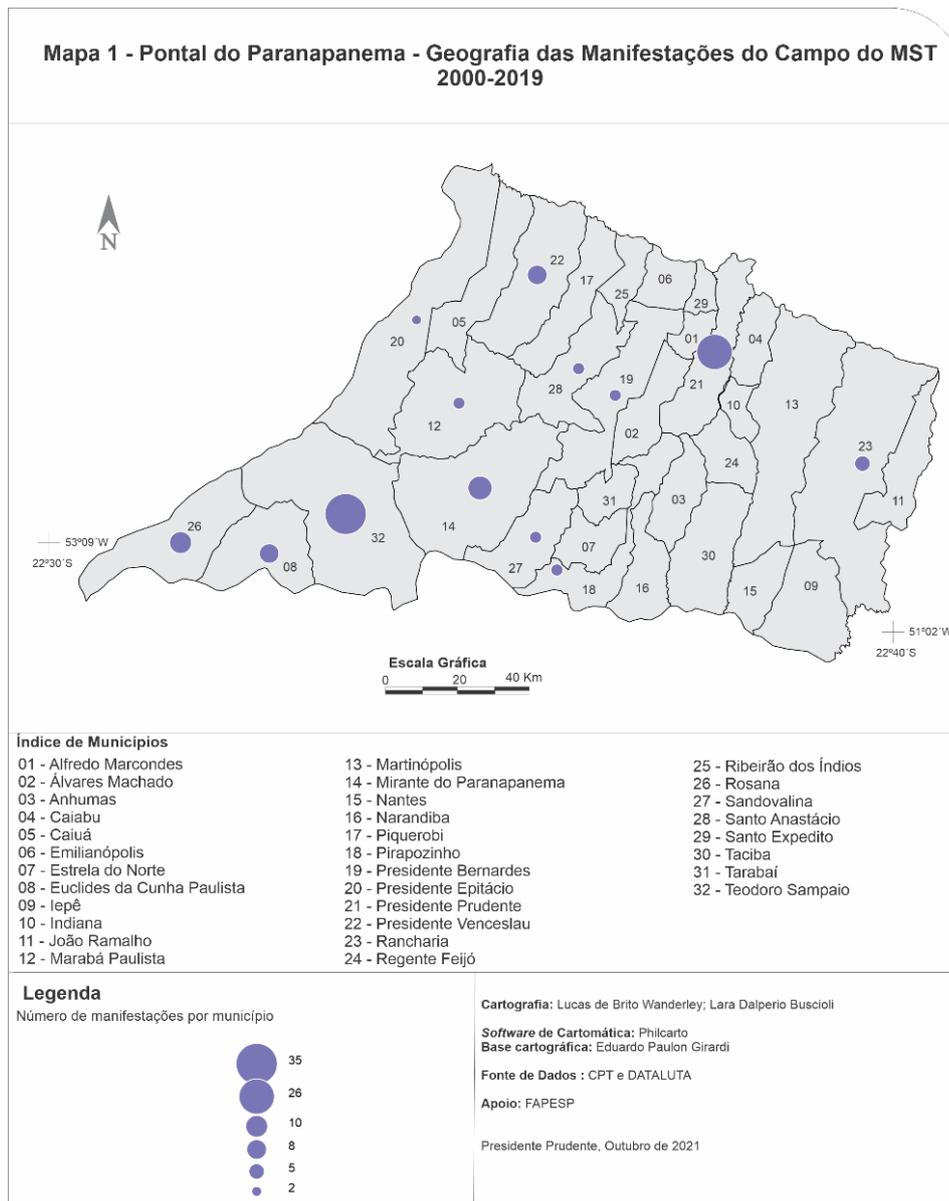
Já as manifestações do campo se colocam como complemento de luta das ocupações, ou seja, são estratégias de resistências em territórios urbanos, pois se estabelecem a partir da perspectiva de reivindicações não só pelo território, mas por sua permanência, pela melhoria na qualidade de vida da população do campo e pela transformação das estruturas agrárias como já apresentado.

Em nossa entrevista, foi identificado via depoimento do militante Diro que as manifestações do campo para o MST, significam a demarcação do posicionamento político do Movimento sendo de caráter reivindicatório. Assim, compreendendo uma forma de luta que demonstra indignações contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio, na luta pelo direito dos assentados e assentadas no Pontal do Paranapanema e no Brasil.

De maneira geral, no Pontal foram registradas a realização de 146 manifestações do campo, com a participação de 59.875 pessoas (DATALUTA, 2020), dos mais diversos movimentos socioespaciais/socioterritoriais, organizações e instituições que reivindicavam questões relativas à terra, infraestrutura, meio ambiente, trabalho etc. Destas ações 121 foram



realizadas pelo MST de forma individual e/ou com outros movimentos, o que representa 83% das ações realizadas, com a participação de 45.580 pessoas totalizando 76%. Evidenciando a importância das atuações dos sem terras na região do Pontal do Paranapanema, expressadas no mapa 1.



Em relação a espacialização destas ações, como podemos observar no mapa 1, analisamos que os principais municípios de atuação do MST, correspondem a centros de decisões estratégicos ao Movimento e na questão agrária, como Teodoro Sampaio com 35, Presidente Prudente com 27, Mirante do Paranapanema com 12 e Rosana com 10 ações, evidenciando a característica de realização em centros de decisões em nível regional.



Neste sentido, as principais reivindicações das manifestações realizadas pelo MST, estão relacionadas a Terra via reforma agrária - assentamentos de famílias, incentivos à pequena produção, retomada e agilidade nos convênios para arrecadação de terras devolutas, soberania alimentar e territorial, questões trabalhistas, questões de infraestrutura e questões ambientais (água, agrotóxicos, descasos de usinas com o meio ambiente etc.), cobranças de posicionamentos governamentais, cobranças políticas públicas para produção sem agrotóxicos – políticas agrícolas, créditos e renegociação de dívidas, bem como contra injustiças/violências cometidas contra a população do campo, contra impunidade, desapropriação, produção com agrotóxicos e mineradoras.

Analisamos que tais características relacionadas a Terra/Território estão vinculadas diretamente ao Modelo de Desenvolvimento do Campesinato na propositiva de uma outra sociedade baseada na reforma agrária popular e justiça no campo brasileiro. E quando abordamos a imaterialidade do território (FERNANDES, 2009) podemos elencar as manifestações nas reivindicações de políticas agrícolas, contra as diversas violações dos direitos humanos, por exemplo.

Então, as resistências e reivindicações são dois elementos basilares na compreensão das manifestações do MST no Pontal do Paranapanema, mesmo que tais lutas decorram do local, elas emergem de pautas nacionais, como exemplo, a Mobilização Nacional de Luta ocorrida em 2016 identificadas nas tipologias de ocupação de prédio público e bloqueios, conforme figura 1.

Figura 1: Painel Fotográfico - Manifestação do MST no Pontal do Paranapanema (SP) em 2016



Fontes das figuras: G1, 2016; MST, 2016. Org. Buscioli, 2021.



Nesta ação foram realizadas uma ocupação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em Presidente Prudente e um bloqueio da Rodovia Arlindo Bétio (SP-613) no trevo que dá acesso a Euclides da Cunha Paulista, reivindicando políticas agrícolas e infraestruturas nos assentamentos, além do posicionamento claro contra o então presidente Michel Temer (G1, 2016).

A fala do Militante Cledson em entrevista ao G1 (2016) elenca tais elementos centralizantes nas reivindicações: “Nós paramos no Brasil inteiro. Nossa reivindicação é para pedir melhorias aos programas de Aquisição de Alimentos [PAA] e Minha Casa, Minha Vida, além de infraestrutura para os assentamentos, pois não há recursos para tais programas”.

As ações em manifestações ocorrem tanto de forma individual como em conjunto com outros movimentos socioterritoriais, representando um importante elo de rede entre os movimentos nesta luta. No caso do MST no Pontal do Paranapanema entre o período estudado, registramos as ações conjuntas com uma diversidade de movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e instituições/organizações, como centrais sindicais, estudantes, atingidos por barragens, negros, camponeses, trabalhadores rurais, da indústria e advocacia, conforme podemos observar no quadro 1.

Quadro 1: Pontal do Paranapanema - Movimentos Socioespaciais/Socioterritoriais que realizaram manifestações com o MST entre 2000-2019
Central Sindical e Popular Conlutas
Central Única dos Trabalhadores
Comissão Pastoral da Terra
Comitê do Pinheirinho
Consulta Popular
Federação dos Empregados Rurais Assalariados dos Estado de São Paulo
Levante Popular da Juventude
Movimento dos Atingidos por Barragens
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Sindicato dos Advogados de São Paulo
Sindicato dos Químicos De Osasco
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
Via Campesina
Fonte: CPT/DATALUTA. Org. Buscioli, 2021.



Como exemplo de ação conjunta, elencamos na figura 2, a realização de uma manifestação entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra via tipologia de concentração de espaço público na praça 9 de Julho em Presidente Pudente no ano de 2017. Esta ação teve como principal objetivo protestar contra a reforma da previdência na perspectiva trabalhista.

Figura 2: Painel Fotográfico - Manifestação conjunta MST e CUT em Presidente Prudente (SP) em 2017

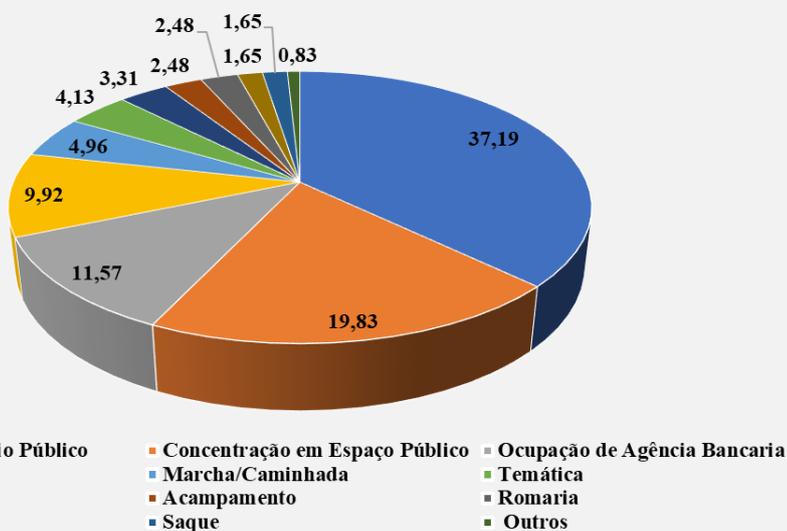


Fonte das figuras: Valério, 2017 apud G1, 2017.

Em relação as tipologias de manifestações realizadas pelo MST, podemos identificar o seu caráter diverso como: Acampamentos, Audiências Públicas, Bloqueios, Concentração em Espaço Público, Marcha/Caminhada, Ocupação de Agência Bancaria, Ocupação de Prédio Público, Romaria, Saque, Vigília, Temática e Outros, sistematizadas via gráfico 1:



Gráfico 1: Pontal do Paranapanema - Distribuição Percentual das Tipologias de Manifestações realizadas pelo MST entre 2000-2019



Fonte: CPT/DATALUTA. Org. Buscioli, 2021. Org.

Conforme gráfico 1, podemos analisar que a Ocupação de Prédio Público foi a tipologia de maior registro 37,19% o que corresponde a 45 ações como forma de luta do MST na região do Pontal do Paranapanema, principalmente nos prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Já a Concentração em Espaço Público registrou 24 ações (19,83%), ficando sem segundo lugar com protestos contra o ITESP, em frente aos Fóruns, as usinas como a Nova Alvorada em Santo Anastácio, aos bancos como Bradesco e Banco do Brasil, entre outros (DATALUTA, 2020; CPT, 2020).

Observamos que as duas maiores ações em tipologias do MST têm o ITESP como foco territorial de realização e em entrevista o militante Diro apontou que o órgão é um território que o Movimento tem que disputar, devido a sua importância para os territórios camponeses e para as políticas que as envolve.

Também temos as ocupações das agências bancárias ficando em terceiro lugar com 11,57% das ações totalizando 14 realizações, sendo destaque o Banco do Brasil, para questões relativas a políticas públicas, reforma agrária, créditos e renegociações de dívidas, bem como contra a injustiça, a violência e impunidades em relação a Memória do Massacre de Eldorado dos Carajás (DATALUTA, 2020; CPT, 2020).

Também temos como destaque, os Bloqueios realizados pelo MST em vias de acesso, representando 12 ações (9,92%), como exemplo temos: a Rodovia Arlindo Bétio - SP-613



pelas questões que envolviam a terra/território, a Rodovia Raposo Tavares na luta/resistência pelo Dia Internacional da Mulher, a Rodovia General Euclides Figueiredo Vicinal que liga os municípios de Sandovalina a Teodoro Sampaio, a Rodovia SP – 563 com ação contra o despejo das famílias assentadas residentes no assentamento Milton Santos, bem como o bloqueio do acesso à entrada da Usina Hidroelétrica (UHE) Sérgio Mota em Rosana para lutar contra sua a privatização (DATA LUTA, 2020; CPT, 2020).

Em relação a Marcha/Caminhada com 4,96%, Temática com 4,13%, Vigília com 3,31%, Acampamento e Romaria com 2,48%, Audiência Pública e Saque com 1,65% (respectivamente), foram identificadas que as principais ações correspondiam a Reforma Agrária relacionando também com o assentamento de famílias sem terras, Soberania alimentar e territorial, contra a monocultura e a mineração e a utilização de agrotóxicos, bem como com as questões relacionadas a educação do campo e ao meio ambiente (DATA LUTA, 2020; CPT, 2020).

Cabe ressaltar que esta diversidade de atuações corrobora para a complexidade analítica destas ações que são importantes para compreendermos a atualidade da questão agrária no Pontal do Paranapanema, bem como no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Pontal do Paranapanema desde o seu processo de ocupação registra conflitos fundiários marcantes com os mais diversos sujeitos que buscam por meio da legitimação de suas ações a construção de um novo território que não é pautado nas lógicas capitalistas. Para isto, as manifestações do campo são importantes para denúncias e chamativas para as questões que envolvem o campo brasileiro e de modo especial no Pontal do Paranapanema temos o MST como um dos movimentos socioterritoriais mais consolidados e especializados nesta luta.

Tais afirmações são confirmadas quando analisamos os dados de manifestações do campo, em que as ações com a presença do MST representam 83% do total. Sendo realizadas principalmente em locais públicos como prédios e espaços, vinculados a municípios que se colocam como importantes centros de decisões como Presidente Prudente e Teodoro Sampaio.

Por mais que os dados não abordaram o período pandêmico entre 2020 e 2021, em nossas entrevistas o militante do MST Diro, apontou que as ações em manifestações tiveram



como perspectiva a segurança das pessoas envolvidas, com ações mais reduzidas evitando aglomerações, realizando reuniões de organização política e de planejamento online, com diversos movimentos socioterritoriais parceiros e sindicatos.

Assim, por meio dos elementos analíticos teóricos-metodológicos, compreendemos que as pautas e ações realizadas pelo MST no Pontal do Paranapanema, se estabeleceram no âmbito dos territórios materiais/imateriais da questão agrária e representam para a sociedade um importante meio de comunicação daquilo que o Movimento está se propondo transmitir via no ato de manifestar.

REFERÊNCIAS

BUSCIOLI, L. D. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

CAMPOS, J. F. de S. Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponível em: < http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf >. Acesso em: 15 ago. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil 2019. 2020. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/> >. Acesso em: 30 jun. 2021.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2020.

FELICIANO, C. A. Territórios em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia). - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FELICIO, J. M. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.



FERNADES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNADES, B. M. Uma outra visão do agronegócio: Um nome para “modernizar” o sistema de latifúndio. Jornal UNESP. Suplemento. Ano XX – nº 211. Maio/2006a.

FERNADES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNADES, B. M.; WELCH, Cliff Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JÚNIOR, J.; VICTOR, F. B.; FELICIANO, C. A.; PAULI, L.; SOBREIRO FILHO, J. Manifestações de Movimentos socioterritoriais no Brasil. In. XIII ENANPEGE A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo. 2 a 7 de setembro de 2019.

FLECK, L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

G1 - GLOBO. Movimentos sociais e sindicais fazem protesto contra as reformas da Previdência Social e trabalhista em Presidente Prudente. G1. 30 jun. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/movimentos-sociais-e-sindicais-fazem-protesto-contras-reformas-da-previdencia-social-e-trabalhista-em-presidente-prudente.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1 – GLOBO. MST bloqueia rodovia e protesta em escritórios do Itesp. G1. 05 setembro de 2016. Disponível em: < <http://glo.bo/2bRZKjP>>. Acesso em: 10 out. 2021.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo, Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

MOURA, D. J.; VICTOR, F. B.; CLEPS JUNIOR, J. As Ações Políticas Dos Movimentos Sociais do Campo em Minas Gerais: Manifestações da Luta pela Terra e seus Desdobramentos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012.

MST. Galeria de imagens. Disponível em: < <https://mst.org.br/conteudo/galerias-de-imagens/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

PEDON, N. R. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP. Presidente Prudente, 2009.



PEREIRA, D. V. Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011. 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2012.

SOBREIRO FILHO, J. O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 547 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.